



- CIRCULAR -

N.Refª: 19/2016

Data: 24/02/16

ASSUNTO: "Plataforma REFIT para a simplificação e eficiência legislativa"

Exmos. Senhores,

A Comissão Europeia criou a [plataforma REFIT](#), como parte da [Agenda «Legislar melhor»](#), para permitir um diálogo permanente com os Estados-Membros e as partes interessadas com o objetivo de apoiar a simplificação e eficiência da legislação da União Europeia e a redução da carga administrativa, em benefício da sociedade civil, das empresas e das autoridades públicas.

Neste sentido, **os cidadãos podem enviar sugestões para reduzir os encargos legislativos desnecessários com que se defrontam no dia a dia através do portal «[Menos burocracia](#)».**

A plataforma REFIT reúne peritos de alto nível do setor empresarial, da sociedade civil, dos parceiros sociais, do Comité Económico e Social Europeu, do Comité das Regiões e dos Estados-Membros. É presidida pelo Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans.

De forma a promover esta plataforma e a oportunidade de os cidadãos exporem desafios e sugestões, o Primeiro Vice-Presidente respondeu a três perguntas – enviadas em anexo – referindo a **importância de uma participação ativa de todos nesta iniciativa, a qual visa ter um impacto significativo, quer ao nível do enquadramento legal da União Europeia, quer do existente em cada Estado Membro.**

Com os melhores cumprimentos,

Ana Vieira
Secretária-Geral

Entrevista — Três perguntas a Frans Timmermans, Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia

Quais são as suas mais recentes iniciativas para reduzir a burocracia de Bruxelas?

Os cidadãos esperam uma mudança por parte da União Europeia. Querem que esta se centre nos aspetos em que pode fazer verdadeiramente a diferença. Com isto em mente, a ação da Comissão Europeia tem incidido em prioridades claras e bem identificadas em que pretendemos alcançar resultados concretos da forma mais eficaz e menos burocrática. É por este motivo que a nossa política «Legislar melhor» está no centro de tudo o que fazemos. No primeiro ano do nosso mandato, reforçámos consideravelmente a nossa abordagem dessas questões e negociámos um acordo com outras instituições para garantir que todos comungam desse espírito, tendo dado, em especial, um novo impulso ao nosso «Programa para a adequação e a eficácia da regulamentação (REFIT).» Analisamos a legislação da UE em vigor através do REFIT, se as normas estão a ser bem aplicadas e funcionam verdadeiramente no terreno, se precisam de ser atualizadas ou se existe margem para simplificar e reduzir as formalidades administrativas. Contrariando a tendência natural dos políticos para se concentrarem em novas propostas, estamos a dar mais atenção às normas já existentes. Considero que esta cooperação é essencial, tanto para podermos reduzir a burocracia desnecessária, que prejudica os cidadãos e as empresas, em especial as PME, mas também para garantirmos que as nossas políticas são efetivamente aplicadas no terreno e atingem os seus objetivos.

O que pretende fazer mais concretamente?

Em 2016 já propusemos simplificar as obrigações de divulgação de informações por parte das PME quando procuram financiamento nos mercados públicos, o que lhes permitiria poupar 45 mil milhões de euros por ano, ou mais. Iremos também, por exemplo, avaliar a forma como a nossa legislação marítima está a ser aplicada, reduzir os encargos administrativos para as PME em matéria de contratos públicos, facilitar o cumprimento do quadro REACH e garantir que a legislação em matéria de saúde e segurança é cumprida e protege, efetivamente, os trabalhadores. Contudo, sei que as sugestões devem vir das partes interessadas no terreno e não dos funcionários em Bruxelas. É por esse motivo que acabamos de lançar um novo instrumento, a «Plataforma REFIT», cuja primeira reunião teve lugar em janeiro. Essa plataforma é composta por peritos dos governos nacionais, das empresas, das ONG, dos sindicatos e das organizações de consumidores que possuem experiência na aplicação da legislação da UE, que sabem bem o que a torna eficaz e fácil de aplicar e o que a torna complicada e, por conseguinte, muitas vezes, ineficaz. O grupo apresentará as suas próprias propostas e analisará as ideias do público em geral sobre a forma de simplificar as regras e reduzir as formalidades, apresentando para o efeito as suas recomendações à Comissão. Nos casos em que as formalidades desnecessárias não provenham das normas da UE mas sim de um dos Estados Membros, o que, como é sabido, sucede com alguma frequência, convidarão esse Estado-Membro a debruçar-se sobre a questão.

Como podem os cidadãos e as partes interessadas apresentar as suas propostas?

Qualquer pessoa pode apresentar os seus pontos de vista à plataforma e à Comissão através do instrumento em linha, «Reduzir a burocracia. A sua opinião interessa-nos»¹. Queremos conhecer a opinião de todos os cidadãos! Desde a pequena empresária que tenta compreender as normas para poder vender os seus produtos noutro país, às autarquias locais que se deparam com dificuldades

¹ http://ec.europa.eu/priorities/democratic-change/better-regulation/feedback/index_en.htm

com a legislação, ou ao sindicato que procura ajudar os empregadores a respeitar os direitos dos seus membros no local de trabalho. Gostaríamos de receber propostas concretas sobre regulamentos ou diretivas da UE que devem ser revistos, ou sobre a forma como estes podem ser melhorados ou tornados mais fáceis de aplicar, sem baixar os elevados padrões sociais, ambientais e de defesa do consumidor a que os europeus estão habituados. O nosso compromisso é muito simples: ou damos seguimento às sugestões da plataforma ou explicamos de uma forma muito clara por que motivo temos boas razões para não o fazer.